



## LITERATURA, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA LITERATURE, MEMORY AND RESISTANCE

Silvio Renato Jorge

### RESUMO

Este artigo, articulando princípios estéticos e políticos, tem por objeto o estudo da forma como a literatura publicada após a Revolução dos Cravos promoveu uma releitura da sociedade moldada pelo salazarismo em Portugal. O *corpus* literário será analisado a partir de estudos que privilegiam uma base transdisciplinar, relacionando literatura, história, memória, geografia humana e política, e que darão destaque às interseções entre literatura e sociedade, aos enfrentamentos de modelos discursivos autoritários e/ou colonialistas e às interpelações intertextuais promovidas por essa produção.

**PALAVRAS-CHAVE:** literatura contemporânea; salazarismo; memória; resistência.

### ABSTRACT

This article, by the articulation of aesthetic and political principles, is engaged in the study of how the published literature after the *Revolução dos Cravos* promoted a reinterpretation of the society shaped by the Salazar period in Portugal. The literary *corpus* will be analyzed from studies that favor a transdisciplinary basis, relating literature, history, memory, human geography and politics, and that will highlight the intersections between literature and society, the confrontation of authoritarian and/or colonialist discursive models and the intertextual interpellations promoted by this production.

**KEY-WORDS:** Contemporary literature; Salazar period; memory; resistance.

No sé demasiado sobre el sufrimiento de las víctimas, sobre sus sentimientos, em el momento de la victimización. La mayoría de las víctimas están muertas. Sus restos se han convertido en polvo, disueltos en el viento como el humo de las cámaras de gas. Los perpetradores han hecho desaparecer todo aquello que podría recordar su existencia. Las víctimas son sujetos humanos que han sido tratados como objetos, como como casos de una categoría especial, cuantificables y negociables. No tienen rostro, ni voz, ni lugar. Y es sólo a través de la memoria pública de las comunidades morales que, más adelante, son reconstruidas como sujetos con un rostro y un nombre, con un lugar que recuerda sus sufrimientos, con una voz que atestigua y vuelve a narrar su historia personal (Bernhard Giesen)

A epígrafe de Bernhard Giesen, retirada de “Sobre héroes, víctimas y perpetradores” (2001)<sup>1</sup>, alerta não apenas para a nossa impossibilidade de conhecimento acerca do sofrimento sentido pelas vítimas de ações perpetradas por regimes autoritários na hora de sua vitimização, mas também para o apagamento dessas vítimas como seres humanos, a partir do momento em que são transformadas em números e estatísticas, perdendo o rosto e o nome. Talvez aponte ainda para um processo em que, diante de tal apagamento, paulatinamente, as sucessivas gerações tenham se esquecido das consequências advindas dos diversos projetos centralizadores levados adiante por governos de exceção durante o Séc. XX, relativizando princípios morais e enfrentando seus opositores com instrumentos criados sob o signo da violência: a tortura e o assassinato. Giesen (2001), destaca, portanto, o papel fundamental da memória pública como instrumento que possibilita a revisão crítica do passado, concedendo às vítimas do autoritarismo um rosto e uma voz, para tornarem-se novamente seres humanos, enfrentando o processo de esquecimento a que as gerações seguintes foram submetidas.

Se voltarmos nossos olhos para o que se pode perceber hoje, seja no Brasil, seja em Portugal, perceberemos que muito pouco foi feito em nome dessas vítimas, em termos institucionais, no sentido de atualizar as gerações seguintes, excetuando-se, é claro, alguns projetos consistentes como os do Memorial da Resistência, em São Paulo, ou do Museu do Aljube, em Lisboa. Iniciativas como a Comissão Nacional da Verdade (Brasil) e a Comissão do Livro Negro (Portugal) esforçaram-se para obter resultados concretos nesse campo, sem conseguir, todavia, mobilizar a sociedade para o tema, seja por falta de apoio efetivo, financeiro inclusive, dos respectivos governos, seja pela pouca repercussão que seus relatórios tiveram nos meios de comunicação como um todo. Assim, ao menos em terras de *Vera Cruz*, o que percebemos é a permanência de um discurso preocupante, e mesmo o seu incentivo, principalmente em jovens que não chega-

1 Agradeço a Maria Paula Nascimento Araújo e ao seu artigo “Museus e memoriais na construção de narrativas sobre ditaduras: o Museu do Aljube em Lisboa e o Memorial da Resistência em São Paulo” (2017) o acesso inicial às ideias de Bernhard Giesen sobre o tema, que pude aprofundar com a leitura do artigo por ele publicado na revista *Puentes*.

ram a vivenciar a ditadura, discurso esse que reiteradamente desumaniza suas vítimas, desconsidera suas falhas e enaltece valores conservadores. Estamos, assim, diante de uma perspectiva que credita a um certo tipo de autoritarismo fascista não apenas a etiqueta da honestidade incorruptível, como também a legitimidade quase divina para distinguir os bons e os maus, beneficiando aqueles e castigando – fisicamente até, podemos supor... – estes. Afinal, naquele tempo, no da Velha Senhora, como se diz em Portugal em referência à ditadura salazarista, segundo essa perspectiva, vivíamos em uma sociedade tranquila, em que o evangelho era supostamente seguido à risca por dignos pais de família, os pobres sabiam o seu lugar, as mulheres idem, e gays e lésbicas não circulavam por aí evidenciando suas escolhas, de mãos dadas em público para que todos possam ver o seu amor promíscuo... Afinal, reitero, segundo essa ótica conservadora, diria mesmo neofascista, os questionadores necessitam firmemente das mãos pesadas e fortes de um São Salazar ou um São Médice, de um Cardeal Cerejeira redivivo ou de um General Newton Cruz que, arcanjo maior, possa dizimar as hordas inimigas!

Nesse sentido, e diante de tal percepção, torna-se cada vez mais forte e necessário nos interrogarmos, ao lado de Hanna Arendt, se muitos anos depois da ascensão nazista não estaríamos novamente “resumindo a lição que este longo curso de maldade humana nos ensinou – a lição da temível *banalidade do mal*, que desafia as palavras e os pensamentos” (ARENDR, 2014, p.274). Se é possível perceber, em tudo isso, o crédito atribuído a formas de governo autoritárias, àquilo que elas representam em termos de privação das liberdades individuais, de censura, de tortura, morte e expatriação de indivíduos, também não podemos nos furtar a perceber que, em nossos países, Brasil e Portugal, nesse caso específico, talvez isso seja decorrente do fato de não termos sabido honrar os nossos mortos, permitindo, lassamente, em nome de uma pseudo e frágil nova harmonia, que o passado fosse obliterado, que julgamentos não fossem feitos, que crimes praticados em nome do poder público não fossem castigados. Fomos – e somos – responsáveis por um apagamento da memória política de nossos países que, ao atender burocraticamente a interesses diversos, que não incluem, é claro, os dos pais que perderam seus filhos ou dos filhos que perderam seus pais, se torna radicalmente perigoso, porque sonega às gerações futuras a possibilidade de identificar claramente diante de si a matriz em que se gera o ovo da serpente, os índices da maldade que, quando silenciados, dão origem à catástrofe. De certa forma, ao fazer isso, parecemos esquecer das palavras de Mário Soares, em 1978, quando Primeiro Ministro de Portugal, ao afirmar na Assembleia da República:

Tem-se dito, e com verdade, nos últimos tempos, que os saudosistas do antigo regime têm vindo a levantar a cabeça e a dar mostras de crescente agressividade e impudor. Homens públicos responsáveis por criminosos actos do passado já se atrevem a utilizar a liberdade, que nunca concederam aos democratas, para atacar a democracia. [...] É sobretudo importante que os jovens saibam o que foi o fascismo para que se não possam insinuar dúvidas, em espíritos menos esclarecidos, quanto às virtualidades da democracia e aos benefícios da liberdade (1978, p. 2778-2779)<sup>2</sup>.

Esquecemos ainda dos versos de Murilo Mendes, em “As ruínas de Selinunte”, do livro *Siciliana*, em que o poeta mineiro diz: “Para a catástrofe, em busca / Da sobrevivência nascemos” (MEN-

---

<sup>2</sup> Indico aqui a leitura de “Em nome da ‘verdade histórica’: a comissão do *Livro negro sobre o regime fascista*, uma comissão de verdade na democratização portuguesa (1977-1991)”, de Joana Rebelo Morais e Filipa Raimundo (2017), que aprofunda o tema da discussão acerca da possibilidade de considerarmos esta comissão como uma *Comissão da Verdade* no caso português e onde encontrei a indicação precisa das páginas do Diário da Assembleia da República em que teria acesso às palavras de Mário Soares.

DES, 1997, p.566). Ao contemplar as ruínas do passado e destacar o peso da memória, Mendes (1997) metaforicamente destaca o percurso humano como uma busca para além de sua finitude, uma busca da sobrevivência responsável por nos lembrar que podemos ultrapassar a catástrofe, ainda que ela pareça um destino inexorável. Assim, em diálogo com ele, mas deslocando seus versos para uma perspectiva que confronta o quadro político das últimas décadas, podemos perceber que, se efetivamente, como cidadãos, muitas vezes permitimos que o silêncio imperasse, por outro lado podemos encontrar na literatura, sobretudo na portuguesa, um processo reverso, em que o texto procura articular memória e esquecimento não para meramente representar o que houve, mas para significá-lo, para inscrever um sinal que, mesmo a apontar muitas vezes para o fracasso da representação, seja capaz todavia de acionar nossa capacidade de percepção crítica do mundo, testemunhas que somos de nosso próprio devir. Assim, o que se toma por objeto para esse artigo – como resposta possível de minha parte a esse estado de coisas – é uma série de textos literários que, não sendo necessariamente produzidos dentro de um gênero memorialista, têm por preocupação a releitura de momentos de repressão política, apontando para uma “ética da escritura”, como afirma Márcio Seligmann-Silva (2005, p.85), uma ética que se constrói por aquilo que o texto diz, mas também por aquilo que demonstra ser incapaz de dizer. Poderia, por isso, considerar junto com Rosani Ketzer Umbach que

Não é o caso, entretanto, de se fazer aqui um estudo histórico sobre períodos de repressão, e sim de verificar como ocorre a recepção posterior de tais períodos, isto é, de que forma eles são rememorados individualmente e reconhecidos como experiência coletiva ou, ao contrário, submetidos a tentativas de apagamento. (UMBACH, 2012, p.218/19).

Falo, portanto, de uma herança, maldita, chego a crer, mas que lá está a nossa espera, demandando leitura e problematização. Assim, se considero a literatura produzida em Portugal após o abril de 1974 – seja no fim dos anos de 1970, seja nas duas décadas que se lhe seguem – aponto para poemas e textos de narrativa que tomaram para si a responsabilidade de problematizar a demarcação ideológica e concreta da violência nos tempos de exceção, procurando manifestar na linguagem o mal inerente aos processos ativos de cerceamento da liberdade, que envolvem, por exemplo, a tortura ou a prisão. Constituem-se, por conseguinte, como textos de resistência, não porque enfrentem o sistema autoritário em seu momento de poder pleno, mas porque resistem, lutam para que a memória daquele tempo permaneça. Talvez, de forma icônica, por assim dizer, a baliza a nortear essa discussão esteja em um romance já há muito nosso conhecido, de José Saramago, e que responde pelo título de *Levantado do Chão*, mais especificamente um famoso fragmento nele presente em que, conduzidos pelo olhar de uma formiga, acompanhamos a tortura e morte de Germano Santos Vidigal. O que nele buscamos não é o relato puro e simples acerca da morte desse ativista na sede da guarda local de Montemor-o-Novo, em 1945, após sessões de tortura em que “cortaram-lhe as costas a cavalo-marinho, provocaram-lhe profundas feridas na cabeça e no rosto, aplicaram-lhe socos no estômago e no fígado, torceram-lhe os testículos (que, diga-se de passagem, ficaram esmagados), espezinharam-no, projectaram-no contra a parede da sala”<sup>3</sup>. Porque mesmo a esse relato, àquilo que ele é capaz de dizer, e o diz, falta a ex-

3 A descrição é encontrada no jornal *Avante*, órgão do Partido Comunista Português – PCP, em editorial intitulado “Dois comunistas que o fascismo assassinou”, disponível em <http://www.avante.pt/pt/1905/pcp/108879/>, acessado em 25 de maio de 2017. No texto, encontra-se a referência de que a descrição foi retirada da brochura

pressão do indizível, do excesso da violência que a literatura nos permite intuir, justamente porque denuncia a sua própria impossibilidade agônica de representação, o inevitável transtorno de ter de dizer da dor e do sofrimento, sem ter como revelar o seu verdadeiro e efetivo alcance. Diz o narrador de Saramago:

Tomemos essa formiga, melhor, não a tomemos, que seria pegar-lhe, consideremo-la apenas por ser uma das maiores e levantar a cabeça como os cães, vai agora rente à parede em récuca com as suas irmãs, terá tempo de fazer dez vezes a sua comprida viagem entre o formigueiro e o não sabemos que haja de interessante, curioso ou simplesmente alimentício neste quarto retirado, antes que se complete o episódio obrigado a morte. Agora mesmo caiu um dos homens, fica ao nível das formigas, não sabemos se as vê, mas vêem-no elas, e tantas serão as vezes que ele cairá, que por fim lhe terão decorado o rosto, a cor do cabelo e dos olhos, o desenho da orelha, o arco escuro da sobrancelha, a sombra tão branda da comissura da boca, e de tudo isso mais tarde se farão longas conversas no formigueiro para ilustração das gerações futuras, que aos novos é útil saberem o que vai pelo mundo. [...] porque o homem que caiu e foi levantado irá morrer sem dizer uma palavra que seja. Gemidos só lhe sairão da boca, e em silêncio de alma profundos ais, mas mesmo quando os dentes estiverem partidos e for necessário cuspir bocados deles, o que dará maiores razões aos outros dois para voltarem a bater, não se suja a propriedade do Estado, mesmo então o ruído será o de cuspir e outro não, essa mecânica inconsciente dos lábios, e depois a queda espalhada da saliva no chão, adensada de sangue para estímulo gustativo das formigas que vão telegrafando de uma em uma a chuva deste novo maná, vermelho singular tombado de tão branco céu. (SARAMAGO, 1982, p.169/170)

Essa cena, que se alonga por mais nove páginas, em que o narrador leva o leitor a contemplar a troca dos torturadores, Escarro por Escarrilho<sup>4</sup>, devido ao cansaço do primeiro – *coitado*, afinal, todo trabalhador precisa de descanso, não é mesmo... –, o escroto rasgado, os testículos esmagados, a frouxidão de seus esfíncteres finalmente vencidos a aliviar-lhe a terrível tensão e tudo o mais de que não se pode agora falar porque não há espaço para citar as nove páginas<sup>5</sup>... Essa cena, como dito, vai além da mera descrição do que foi a tortura de Vidigal, e não porque revele a já referida banalidade do mal que se manifesta em dois funcionários públicos que meramente cumprem o seu dever – Escarro e Escarrilho –, também eles nascidos de pai e mãe, casados e pais de seus filhos, isso para ficarmos naquilo que o texto diz, pois poderíamos ainda aventar, que foram colegas de copo no bar, frequentadores de suas paróquias, membros respeitados dos bairros em que viviam... E não também porque saberemos da indignação das formigas, que tudo viram e, portanto, têm a verdade inteira sobre o que naquela sala ocorreu, já que é sabido que as paisagens morrem porque as matam, não porque se suicidem. O que aqui se diz vai além do relato, porque nesse texto observa-se manifestamente o desejo de contar e sua própria impossi-

---

clandestina “A resistência em Portugal”. Tal brochura, de autoria de José Dias Coelho, escultor e militante do PCP assassinado pela PIDE em 19 de dezembro de 1961, foi publicada pelas Edições Avante, também ligada a esse partido. Até o momento de concluir o artigo, ainda não havia recebido o exemplar; não há, no sítio da editora, a indicação da data de publicação ou do volume de páginas.

4 Os nomes *Escarro* e *Escarrilho*, presentes no romance de Saramago, constituem-se como uma clara alusão aos torturadores da PIDE que, no posto local da GNR, levaram Vidigal à morte: Barros e Castilho. A informação sobre o nome dos conhecidos torturadores também é retirada do jornal *Avante*, consultado no sítio e na data anteriormente indicados.

5 Para uma análise mais detida desse fragmento do romance, recomendo a consulta ao livro *José Saramago entre a história e a ficção: uma saga de portugueses* (1989), publicado por Teresa Cristina Cerdeira da Silva, a partir de sua tese de doutoramento.

bilidade de o fazê-lo, de trazer a nós, leitores, a representação efetiva da dor e da dissolução da vida perante a morte. O que o texto de Saramago afirma, por mais descritivo que seja, é a sua manifestação como rastro, como resto de uma experiência que não se pode recompor em sua integralidade, seja por meio da memória traumática de quem a viveu, seja por meio de uma criação literária que não abre mão de seu lugar político de enunciação, mas que se reconhece como um processo constituído por e para a linguagem.

Ao certo, estamos em um campo de análise que convoca o testemunho como horizonte de interlocução, e se este convocar abre uma porta para os estudos em torno da memória e de seu correlato mais direto, o esquecimento, por outro lado aponta para uma forte aproximação a momentos em que a violência inerente aos processos de purificação decorrentes do fascismo levou ao extermínio de inúmeras vidas. E aqui, por purificação, consideram-se todos os processos que determinam a prevalência de uma identidade em detrimento de suas outridades, sejam elas étnicas, raciais, religiosas, sexuais, de gênero e, dentro da linha de raciocínio instituída nesse artigo, políticas. Nunca é demais lembrar que, se os campos de concentração nazistas eram povoados por estrelas amarelas, também lá estiveram inúmeros triângulos rosas e outros símbolos tais, a denunciar a diferença e revelar a intolerância. Mas a associação que por hora convém destacar entre o esforço de apagamento das diferenças empreendido pelo fascismo salazarista e a política genocida levada a cabo por outros regimes dirige-se ao extremo da Europa, para lá encontrar os traços da Catástrofe armênia de 1915, tão pouco divulgada no Brasil, mas tão espantosa quanto o Holocausto. Por isso, é importante recuperar o pensamento de Marc Nichanian, ao analisar a literatura que toma por objeto a Catástrofe, quando afirma, em seu artigo intitulado *A morte da testemunha. Para uma poética do 'resto' (reliquat)* que:

Diga-se o que se disser (e, seja como for, digo isso de modo polêmico), não há representação possível da Catástrofe; a única coisa que o sobrevivente pode fazer perante a Catástrofe, se quiser escapar da lei do arquivo, é inscrever no próprio texto as condições da Catástrofe como acontecimento impossível, em suma, inscrever seu próprio fracasso, inscrever o fracasso da representação. (NICHANIAN, 2012, p.25)

Nesse fragmento, Nichanian tenta responder a Jean-Luc Nancy, quando este afirma que, se nos campos nazistas reinava o interdito da representação, proibir as tentativas “artísticas” de representação do campo seria uma repetição do interdito nazista. O que Nichanian propõe, contudo, é que “não há representação possível, nenhuma recepção possível da Catástrofe, a não ser recebendo no romance o fracasso da recepção” (*idem*), pois nenhuma ficção é capaz de abraçar o genocídio em sua inteireza. O mesmo poderia ser dito, talvez, em relação à tortura, à prisão, ao exílio, enfim, aos modos de violência instituídos pelos regimes de exceção. Mas se a literatura, como qualquer outro ato de linguagem, é expressão dessa impossibilidade, por outro lado, ao recolher os rastros do que consegue alcançar, se manifesta como um espaço privilegiado de problematização de discursos excessivamente centrados e autoritários, revelando o vazio intransponível entre a experiência e a escrita dessa mesma experiência, entre a memória coletiva da dor e o texto que demanda a sua percepção.

Se para a literatura, como para todo e qualquer registro de linguagem, a representação desfaz-se na sua própria impossibilidade de representar, porque então importa buscar e divulgar textos que recuperam a memória do fascismo português após o seu fim? Ou mesmo de qualquer outro

fascismo? A resposta ainda bastante simples que se pode trazer nesse momento propõe um diálogo entre aquilo que aqui se afirmou no início do texto e o que dizem Maria Paula Nascimento Araújo e Miriam Sepúlveda dos Santos, ao afirmarem que: “O papel destes arquivos não é o de explicar o que não pode ser explicado, mas manter viva a memória do que não se pode repetir” (2007, p.103). Não se pode repetir o silenciamento; não se pode repetir a proibição do direito ao livre pensamento; não se pode repetir o desespero de mães e de pais que até hoje, isso mesmo, até hoje, no caso do Brasil, não tiveram o direito de enterrar seus filhos; não se pode repetir a expatriação e aquele que talvez seja o mais abjeto dos crimes, a tortura; daí a importância de se manter viva essa memória, mesmo em tempos avessos a uma política que enuncie os excessos oficiais de força e de repressão, mesmo quando, por meio de formas distintas de violência, nos querem calar.

Retornando ao discurso de Mário Soares diante da Assembleia da República, em Portugal, cumpre lembrar que

A República não pode fechar os olhos por mais tempo à propaganda despudorada dos ideais fascistas, racistas e colonialistas banidos de Portugal após o 25 de Abril e ao renascer de certas organizações, mais ou menos embrionárias, por vezes ao redor de órgãos de imprensa bem caracterizados e de tipo vincadamente fascista e neo-colonialista. (1978, p. 2778)

É claro que o tempo e o contexto político apresentados por Soares são outros. De lá para cá, muito mudou. Considerando-se os distintos percursos vividos por Portugal e Brasil, a distância se torna maior ainda: aqui, não houve revolução, ainda que pacífica, mas um precário acordo de cavaleiros; aqui, a direita manteve-se forte no poder, em cargos executivos, com breve período de exceção, dentre inúmeras outras características que se poderiam destacar, como o fato de a ditadura salazarista ter sido uma ditadura que se afirmava enquanto tal e aquela instalada no Brasil por mão dos militares configurar-se, a maior parte do tempo, como uma ditadura *envergonhada*, que vestia a capa da democracia para fingir-se libertária. Todavia, o que se quer destacar na fala de Soares é justamente a necessidade de se abrir os olhos para a percepção de um discurso insidioso, que propaga ideais moralmente questionáveis – ou, melhor dizendo, execráveis –, tanto pela voz de políticos enaltecidos pelo povo, quanto por meio de uma imprensa partidária e comprometida ideológica e economicamente com grupos suspeitos. Nesse sentido, recuperar criticamente a literatura que se propõe a constituir-se como memória da dor é resistir ao caos, é buscar, no incansável exercício da escrita, a constituição de um discurso problematizador, que, sem a ilusão da possibilidade de representar o horror, não desiste, todavia, de trazê-lo para diante de nosso olhar, como uma esfinge a nos interrogar. O passado se levanta para lembrar aos filhos do presente que ainda *vivemos como nossos pais*.

Ao atentarmos para a literatura portuguesa e seguirmos a trilha indicada pelo *Levantado do chão* (1982), não é difícil notar a existência de inúmeros textos, sobretudo narrativos, mas não apenas, que se voltam para questionar aspectos fundamentais do ideário salazarista, desestabilizando aquilo que se configurou como encenação de um passado glorioso ou como afirmação de princípios que tinham por fim corroborar o direito português à posse dos territórios africanos. Aliás, não apenas posse dos territórios, mas também de tudo aquilo que lá estava, como os corpos e a força de trabalho. Seguindo por essa senda, encontramos, por exemplo, os exercícios

de Mário Cláudio em torno da desmontagem da leitura salazarista da tradição, que reputava ao passado a construção dos heróis da pátria. Camões, poeta que se viu despojado de seu caráter múltiplo para ser, de forma vil, transformado em sustentáculo ideológico da valorização do homem português, será relido pelo escritor contemporâneo. Em um primeiro momento, por meio da confrontação que estabelece com *Os Lusíadas* (1982), em *Peregrinação de Barnabé das Índias* (1998), ao apresentar como personagem central do descobrimento do caminho marítimo para a Índia não o capitão Vasco da Gama, mas o marinheiro Barnabé – cristão novo pobre e perseguido pela justiça –, e inverter o sentido material dos descobrimentos para levá-lo a um novo patamar, que se relaciona com os processos de autoconhecimento. Mais recentemente, Mário Cláudio retoma essa questão em um novo romance, intitulado *Os naufrágios de Camões* (2016), em que a autoria da mais significativa obra do bardo lusitano é questionada. Sem nos atermos especificamente à materialidade dos textos de autor contemporâneo, a quanto sua escrita transgressora rompe com a linearidade da narrativa tradicional, deslocando o épico para a margem e atualizando com força os aspectos líricos que constituem sua palavra romanesca, não é difícil perceber, pelo breve resumo aqui feito, o quanto tal escrita perfila um discurso politicamente orientado, que busca, por meio da ironia, estilizar a forma como a figura do poeta seiscentista foi transformada em estátua, monumento enrijecido de uma tradição acentuadamente inventada. O que se destaca nessas duas obras não é apenas a marginalidade do escritor, mas, principalmente, sua pluralidade, seu senso crítico em relação a tudo aquilo que a visão salazarista da história e da tradição irá sacralizar, e que também se reencenou em romances como *Lusitânia* (1980), de Almeida Faria, ou *Ora esguardae* (1982), de Olga Gonçalves, textos nos quais a ironia e o exercício da escrita fortalecem a possibilidade de se buscar uma nova leitura do épico, sem a carga que a abordagem idealizada da ditadura o obrigou a carregar.

Também nessas obras de Faria e Gonçalves estará presente a reflexão acerca da falência da ideologia colonialista portuguesa, bem como da presença de seus resquícios no imaginário conservador da população que se viu liberta pelo 25 de Abril. Se no romance de Almeida Faria essa discussão se estabelece na correspondência trocada entre os protagonistas, em *Ora Esguardae* decorrerá da referência constante a personagens que comparam a nova ordem democrática e as transformações sociais daí decorrentes ao *mar de tranquilidade* experimentado durante os anos em que Salazar esteve no poder. Estabelece-se no texto, dessa forma, um confronto entre ideais progressistas e conservadores, delineando-se aí uma voz crítica – algumas vezes, também ela, como a dos livros de Mário Cláudio, profundamente lírica – que denuncia o conservadorismo ainda presente e conduz nosso olhar de volta aos impasses pelos quais o país passou, o que uma leitura linear do processo revolucionário poderia obliterar:

Foram lá ao nosso bairro três carros da AD<sup>6</sup>. Foram sim senhora, na altura das eleições, mas olhe santinha, parecia o fim do mundo, partiram-lhes o vidro, tamanho desassossego nem saberei descrever. Ali perto de nossa casa só há dois que votaram neles, a menina Cidalina e o marido. Ele é pracista, tem dois táxis, e ela é costureira a dias. Trabalha em casas de senhoras finas, vai mesmo a casa delas, vem de lá com a cabeça cheia. Mas houve alguns com a ilusão de votarem neles, alguns que eu não

6 Aliança Democrática (AD): aliança de centro-direita, formada pelos partidos PPD/PSD (Partido Social Democrata), CDS (Centro Democrático Social) e PPM (Partido Popular Monárquico), que chegou ao poder em 1979, levando ao cargo de Primeiro Ministro Francisco Sá Carneiro.



esperava, gente que me pede dinheiro emprestado para servir até ao fim do mês, mais miseráveis do que eu, uns que... sabe o que é que eles têm?, com licença, não têm mais do que trampa... (GONÇALVES, 1982, p.163)

O desejo de conformação ao passado é visto aqui não como um processo em que se recupera a memória, mas, ao contrário, como aquele em que sua perda será inevitável. O apagamento do que foi feito é utilizado como um instrumento a mais na mão daqueles que, mantendo-se presos ideologicamente ao antigo regime, pretendem o retorno à alienação, à busca circular do mesmo, que só é permitida por quem, deixando-se levar pelo esquecimento, contabiliza seus mortos por números, mais uma vez negando-lhes o direito ao rosto e ao nome, a uma identidade que dê corpo à sua existência.

A reflexão acerca da perda das colônias na África também é tema recorrente no texto da escritora portuguesa, destacando-se dois dos aspectos mais palpáveis no Portugal da época: a referência à guerra perdida e a chegada dos retornados. A guerra, que não é descrita em sua materialidade, cruzará a escrita de *Ora esguardae* pelo viés do sofrimento dos pais que recordam os filhos mortos, apontando para a falta e o vazio, ou pelo destaque dado a palavras de ordem que pediram o seu fim:

“Abaixo a Guerra Colonial!”  
 “Nem mais Um soldado para as Colónias”

graffiti acusando a regra e a decisão que jamais pertencera ao povo. Os céus a fecharem-se, episódios de guerra ocultos sob os gritos dos homens, em Alcântara, em Almirante Reis, rua fora, diante de fardas imaginárias que já não faziam patrulhas. (*op.cit.*, 1982, p.118)

A alusão aos retornados é constante, sobretudo na voz de personagens que descrevem a pobreza e o isolamento a que foram submetidos, realçando um processo de deslocamento que nega, veementemente, o discurso de integração entre a metrópole e os territórios ultramarinos tão presente no governo de Salazar. O romance os apresenta como indivíduos que, diante dos demais, não têm direito à cidadania, sendo desprezados tanto pelos conservadores quanto por aqueles que, estando entre os que defendem as transformações vividas por todos, os associam ao tempo do Estado Novo e à ideologia fascista:

Aquilo é que foi a causa do fascismo!  
 Bem lhes valia aos brancos de segunda  
 cantarem ‘Angola é Portugal!’

para um poder ir para lá havia que ter  
 o passaporte em dia, havia que apresentar carta  
 de chamada e contrato de trabalho

chegava-se à Alfândega, revistavam-nos todos,  
 eram as malas, eram as apalpadelas, eram depois  
 as multas. Angola é Portugal!? Essa  
 é boa! Essa é... Fingia-se, fingia-se  
 que se engolia  
 (*op.cit.*, 1982, p.123)

Assim, o olhar depreciativo que os portugueses da metrópole dirigiam aos colonos retornados, vistos, todos, como cidadãos de segunda classe, é desvelado, caracterizando-se sobretudo pela afirmação de um discurso que, apesar de pretender-se revolucionário, mantém traços marcantes do pensamento colonialista, já aqui circundado pelo racismo (“brancos de segunda”...) e pelo estabelecimento de uma hierarquia que distingue puros e impuros, civilização e barbárie, cultura e natureza. Esse pensamento aparece criticamente revelado em outros momentos do texto, quando, por exemplo, ganha a cena a negra Bibola e seu malfadado amor por um colono branco que retorna a Angola casado com senhora branca “de vestido fino, brincos e colar, mas não de missanga” (1982, p.107).

Para além de estabelecer um painel sobre os Cravos de Abril, recorrendo a uma organização textual que mescla o narrativo, o lírico e o dramático para destacar em seu corpo a presença de uma escrita que também se quer libertária, o romance de Olga Gonçalves estabelece um processo no qual vários elementos fundamentais do imaginário salazarista são questionados, como a estrutura patriarcal daquela sociedade, moldada pelo modelo corporativista proposto pelo regime do estado novo. Os ideais *fascistas, racistas e colonialistas* que, segundo o que nos sugere Mário Soares, teriam sido pretensamente banidos de Portugal, revelam-se, por meio do texto da romancista portuguesa, ainda vivos, manifestando-se em sua resistência persistente, em sua presença pouco agônica e que precisa ser enfrentada.

Resistir à manutenção desse ideário, à sua existência mesmo que sub-reptícia, é, portanto, um trabalho a que textos como os de Saramago, Mário Cláudio, Almeida Faria e Olga Gonçalves, dentre outros, não se deixam escapar. Eles identificam a necessidade de lembrar os elementos mais vergonhosamente presentes e evidentes no corpo da ditadura – como a censura, a tortura e a repressão – e também a ardilosa doutrinação sistemática a que essa sociedade foi submetida, por meio de instrumentos ideológicos do estado, como a escola e a igreja. A arte e a escrita aparecem, dessa forma, como suplementos que se juntam a outros processos de armazenamento e divulgação da memória para dizer, em sua própria impossibilidade de representação, aquilo que se destina a mobilizar nas novas gerações o impacto sensível da violência, a percepção das articulações sombrias que propiciam formas desumanas, em sentido estrito, de se lidar com o outro. Ao atribuírem às vítimas da ditadura um rosto, mesmo que ficcional, esses textos colaboram para o estabelecimento da mediação entre passado e presente que afirma o vivido como experiência coletiva, a atingir a comunidade como um todo, impedindo que o manto do apagamento se estenda sobre os dias cinzentos do Salazarismo. Configuram-se, portanto, como escritas de resistência, uma resistência a se dobrar sobre o passado para iluminar o futuro, para garantir a sobrevivência de princípios éticos e morais que aproximem os homens de sua humanidade.

## Referências

ARAUJO, M. P. N.; SANTOS, M. S. dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 79, p. 95-111, 2007.

ARAUJO, M. P. N. Museus e memoriais na construção de narrativas sobre ditaduras: o Museu do Aljube em Lisboa e o Memorial da Resistência em São Paulo. In: ARAUJO, M. P.; PINTO, A. C. (orgs.). *Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos*. Rio de Janeiro:

Autografia; Recife: EDUPE, 2017. p. 73-96.

ARENDR, H. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

CAMÕES, L. V. de. *Os Lusíadas*. Porto: Porto, 1982.

CLAUDIO, M. *Os naufrágios de Camões*. Lisboa: Dom Quixote, 2016.

\_\_\_\_\_. *Peregrinação de Barnabé das Índias*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

*Diário da Assembleia da República*, série I, n. 77, 24 de maio de 1978, p. 2777-2799. Disponível em <<http://debates.parlamento.pt/>>. Acesso em 21/05/2017.

FARIA, A. *Lusitânia*. Lisboa: Edições 70, 1980.

GIESEN, B. La construcción pública del mal y del bien. Sobre heróes, víctimas y perpetradores. *Puentes*, n. 5, p. 16-24, 2001.

GONÇALVES, O. *Ora esguardae*. Lisboa: Bertrand, 1982.

MENDES, M. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

MORAES, J. R.; RAIMUNDO, F. Em nome da “verdade histórica”: a comissão do *Livro negro sobre o regime fascista*, uma comissão de verdade na democratização portuguesa (1977-1991). In: ARAUJO, M. P.; PINTO, A. C. (orgs.). *Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos*. Rio de Janeiro: Autografia; Recife: EDUPE, 2017. p. 97-129.

NICHANIAN, M. A morte da testemunha. Para uma poética do “resto” (reliquat). In: SELIGMANN-SILVA, M.; GINZBURG, J.; HARDMAN, F. F. (orgs.). *Escritas da violência, vol 1: o testemunho*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 13-49.

SARAMAGO, J. *Levantado do chão*. São Paulo: Difel, 1982.

SELIGMANN-SILVA, M. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. In: \_\_\_\_\_. *Projeto história*, 30. São Paulo: 2005. p. 71-98.

SILVA, T. C. C. da. *José Saramago entre a história e a ficção: uma saga de portugueses*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

UMBACH, R. K. Violência, memórias da repressão e escrita. In: SELIGMANN-SILVA, M.; GINZBURG, J.; HARDMAN, F. F. (orgs.). *Escritas da violência, vol 1: o testemunho*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 217-228.